

“Feminicida não merece torcida”? Intersecções de raça, gênero, justiça, punição, ressocialização e degredo com a vinda do goleiro Bruno para o Rio Branco F.C.

Ana Letícia de Fiori (CFCH/Ufac)

Pode-se, em um breve exercício de imaginação e memória, especular quais fatores presentes em um crime podem convergir para sua ampla repercussão e cobertura midiática: pode haver elementos excessivos ou superlativos, como roubos a instituições financeiras de valores milionários, um modo ou grau de violência que cause horror ou um número expressivo de vítimas; circunstâncias misteriosas ou surpreendentes que rompam com os tropos narrativos costumeiramente associados a um determinado tipo de situação de conflito com a lei; a duração ou o volume das investigações, em casos de difícil solução nos quais os órgãos responsáveis perdurem seus esforços; ou a construção de personagens ímpares entre vítimas, suspeitos, acusados, réus (ou mesmo investigadores e operadores do direito), e, nesse caso, a repercussão de um caso pode ser imediatamente derivada da fama de algum dos envolvidos. Estes casos tornam-se particularmente significativos em seus jogos de fama e infâmia, idolatria e abjeção, articulando em diferentes constelações tropos narrativos, marcadores sociais da diferença e figuras de controle que insidirão na legibilidade dos casos, muito além das questões de produção de prova processual, e nos sentidos sociais de justiça e reparação acionados.

Esta apresentação¹ discute um desdobramento do caso Eliza Samúdio, jovem assassinada aos 25 anos em 2010, a partir de um dos condenados pelo crime, o ex-companheiro e pai do filho de Eliza, Bruno Fernandes das Dores de Sousa, goleiro e ex-estrela do Flamengo, condenado em 2013 em meio a uma enorme repercussão midiática. Iniciando com uma breve recapitulação do caso, será analisada a trajetória de Bruno após sua condenação, em suas idas e vindas do cárcere e por clubes de futebol do interior do Brasil, em particular sua contratação pelo acreano Rio Branco Futebol Clube, em julho de 2020, para a retomada do Campeonato Estadual após alguns meses de interrupção ocasionada pela pandemia de Covid-19. A repercussão controversa da contratação e vinda de Bruno para o Acre não apenas trouxe à superfície questões do caso Eliza Samúdio, mas também instanciou uma série de sensibilidades

¹ Comunicação apresentada no VII ENADIR – Encontro Nacional de Antropologia do Direito, GT 11 “Gênero, sexualidade, estado e violência”. Uma versão anterior foi apresentada no 44º encontro da ANPOCS, em 2020, no GT19 - Gênero e sexualidade pelo interior do Brasil: fronteiras e cartografias.

sociais e tropos narrativos sobre criminalidade, violência, ressocialização e degredo, entretecidos no tecido sócio-histórico do Acre, e que ganham novas perspectivas ao serem acionados por elementos de gênero, raça e idolatria esportiva corporificados por Elisa e Bruno. O registro dessa apresentação é próximo ao da crônica dos eventos.

O Caso Elisa

Eliza Silva Samúdio era natural de Foz do Iguaçu, Paraná. Com a separação dos pais, passou um tempo morando em Campo Grande, com a mãe, e Foz do Iguaçu, com o pai, até mudar-se para São Paulo aos 18 anos em busca da carreira de modelo e atriz. Ao apresentar este preâmbulo biográfico de Eliza, combinam-se em diferentes medidas alguns elementos que virão a construir Eliza como uma personagem reconhecível a certas narrativas. Notavelmente recorrentes são as informações sobre a atuação de Eliza em produções audiovisuais pornográficas, utilizando um pseudônimo, e seu trabalho como profissional do sexo, veiculados com indicativos de um pêndulo moral no qual estas são informações algo penosas e vexatórias na trajetória de uma jovem “em busca de seu sonho”, ou indicadores de uma mistura interdita entre afetividade, sexualidade e dinheiro, que auxiliaria a caracterizá-la como uma “oportunista”, “maria-chuteira”, sobre a qual recaiu uma violência previsível e, nas entrelinhas de alguns discursos, justificável. Outro elemento presente em algumas notícias sobre o caso é a figura de um pai violento, motivo pelo qual a separação havia ocorrido e pelo qual Eliza teria deixado cedo a casa dos pais, construindo-se assim uma psicologização de Eliza, figuras masculinas violentas e questões emocionais, bem como a sua busca por “um príncipe encantado” ou um “sustento” entre jogadores de futebol. Estes elementos entram nas narrativas sobre como Eliza e Bruno – já estrela do Flamengo nesse período – teriam se conhecido, em 2008 ou 2009 de acordo com diferentes versões, e como teria sido sua relação, acessando-se o imaginário sobre vidas de jogadores de futebol, com festas, mulheres, e expressões de masculinidades viris, ostentatórias e de suspensão unilateral de moralidades.

O enredamento de Bruno, Elisa e seu filho com as tramas do poder judiciário e da imprensa iniciam-se na gravidez de Eliza em 2009. Eliza solicita e obtém medidas protetivas alegando que fora mantida em cárcere privado e forçada a ingerir substâncias abortivas a mando do goleiro. Já nesse momento, em parte da cobertura midiática e da representação legal de Bruno, Eliza é desqualificada como prostituta e interesseira, e a paternidade e sua responsabilidade são questionadas a partir das circunstâncias em que a concepção teria ocorrido. O goleiro se recusa a reconhecer a paternidade do filho de Eliza, nascido em fevereiro de 2010, e Elisa entra com uma ação judicial. Em junho de 2010 Eliza e seu filho Bruninho

contatam a família pela última vez. Em 25 de junho, o disk denúncia recebe uma ligação comunicando o assassinato de Eliza. O bebê é encontrado no dia 26 de junho. Eliza jamais foi encontrada.

À narrativa de um crime envolvendo um jogador famoso, ídolo da torcida, e uma bela jovem (de moralidade questionável) começam a se somar detalhes grotescos. Seguem investigações policiais e reportagens descrevendo como Eliza foi sequestrada, torturada, estrangulada e desmembrada após a morte. Circula a versão de que o corpo de Eliza teria sido dado para os cachorros em um canil, por amigos do goleiro, que também vieram a ser investigados e processados. Bruno e outros envolvidos no caso são condenados por homicídio triplamente qualificado, cárcere privado e ocultação de cadáver, em 2013. O filho de Eliza e Bruno, Bruninho, passa a ser criado pela avó materna, Sônia. O caso da morte violenta de Eliza torna-se emblemático, nos anos que se seguem, do tipo penal feminicídio, que viria apenas a ser instituído em 2015 e não foi aplicado aos condenados pela morte de Eliza.

Do campo ao cárcere, de volta e ao fim

Bruno, natural de Ribeirão das Neves, zona metropolitana de Belo Horizonte, MG, atuou nas categorias de base e na equipe principal do Atlético Mineiro e, tendo o passe adquirido por um grupo de investidores que iniciou negociações com clubes europeus e com o Corinthians, acabou chegando ao Flamengo em 2006. Tornou-se ídolo em 2007, ao defender dois pênaltis que garantiram o Campeonato Carioca ao clube em 2007 e, marcando dois gols em 2008, tornou-se o maior goleiro artilheiro da história do Flamengo. Sua trajetória profissional foi marcada por polêmicas com treinadores, controvérsias sobre a compra de seu passe e idas a delegacias por queixas de agressões e infrações de trânsito. Em julho de 2010, diante do caso Eliza, sua negociação com o clube italiano Milan foi suspensa e a comissão jurídica do Flamengo o demite por justa causa, acarretando também em perdas de patrocínio.

Bruno cumpriu pena por seis anos e sete meses na penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, MG. Em 2014, assina contrato com o Montes Claros FC, time da segunda divisão do campeonato mineiro, mas em novembro a justiça o proíbe de atuar pelo clube, que encerra suas atividades em 2015. Em março de 2017, recebeu uma liminar para aguardar um recurso no STF em liberdade. Permaneceu em Varginha-MG, atuando pelo Boa Esporte, que então jogava na série B do campeonato brasileiro. Sua rápida passagem pelo Boa Esporte resultou em aumento de público, de uma média de 500 para cerca de 1,5 mil nas cinco partidas em que atuou, alguns estremecimentos com patrocinadores e protestos de mulheres, ou “grupos feministas”, como noticiado pela imprensa. Ainda assim, o “Boa Esporte” recebeu a pecha de

“clube mais odiado do Brasil”, em contraposição à Chapecoense, que se tornou “clube mais amado no Brasil”, após a tragédia de avião em 2016. A liminar foi revogada em abril de 2017 e Bruno retornou à cadeia. Em outubro de 2018, tendo o direito de trabalhar fora a partir da Associação de Proteção e Amparo ao Condenado (Apac), considerada uma prisão humanizada, Bruno foi flagrado em um bar acompanhado de duas mulheres, o que o fez perder o benefício e mais uma vez voltar para a prisão em fevereiro de 2019.

Em julho de 2019, a pena de Bruno progride para regime semiaberto domiciliar e o goleiro assina contrato com o Poços de Caldas Futebol Clube, conseguindo uma autorização judicial para jogar um tempo em um amistoso, em outubro de 2019. Em janeiro de 2020, Bruno rescinde com o Poços de Caldas e é contratado pelo Operário Várzea-Grandense, do Mato Grosso. Alguns dias depois, devido à repercussão negativa e protestos da própria torcida, o clube volta atrás. Em julho, por fim, o presidente do Rio Branco F.C, Neto Alencar, anuncia a contratação do goleiro Bruno. Segundo reportagem do UOL:

O goleiro, entretanto, alertou o presidente do clube, Neto Alencar, de que os protestos seguiriam. "Eu disse a ele: 'se a Justiça que condenou foi a mesma que liberou você, a sociedade não pode impedi-lo de trabalhar'", diz Alencar. "Ele me perguntou: 'vai comprar a briga?'. Respondi que dava para brigar. O Bruno ficou assustado quando eu disse que daria e não teria medo de enfrentar nada. A minha visão parte da legalidade e estávamos atrás de um goleiro", disse.

O anúncio foi recebido no esteio das notícias da retomada dos jogos do campeonato acreano, após um recesso causado pela pandemia de Covid-19. As negociações pela retomada dos jogos haviam sido tensas, com ameaça de desclassificação de equipes que se recusassem a jogar. Por decreto estadual, os jogos seriam realizados sem público. Ao saber da notícia, a técnica da equipe feminina do Rio Branco, Rose Costa, pediu demissão. A rede de supermercados que patrocinava com produtos o time de base do Rio Branco suspendeu o contrato, com explicações conflitantes se a decisão fora tomada antes ou depois da contratação do goleiro. Bruno atuou pelo Rio Branco F. C. disputando o Campeonato Brasileiro da Série D, além da Copa Verde e do Estadual, tendo atuado em 18 jogos e marcado um gol, ao ser convertido em bater de pênaltis do clube. Em 2021, foi negociado com outros clubes, até ser anunciado pelo Atlético Carioca em março de 2021, em contrato com duração até agosto. Em maio, declara à imprensa que vai se aposentar para se dedicar ao mercado financeiro. No início de julho de 2021, em entrevista ao canal flamenguista Nação Urubu 81, Bruno declara:

O futebol mudou muito. Hoje eles olham para essa questão de imagem, o jogador bad boy não é enxergado como era antigamente, o futebol mudou muita coisa nesse sentido. Então a mídia meio que colocou sobre o Bruno uma prisão perpétua, como se ele não pudesse recomeçar. Sendo que a nossa legislação fala que a gente tem que ser

ressocializado, com trabalho, para ser o provedor da casa. No meu caso não. Infelizmente enterraram meu sonho, meus objetivos, minha profissão²

Feminicida não merece torcida – o Instituto de Mulheres da Amazônia em campanha

Em pleno distanciamento social, em meio às incertezas em relação à retomada de diferentes tipos de atividades, desde a abertura do comércio para além dos chamados “serviços essenciais” às competições desportivas, e à captura da gestão da pandemia pelas polarizações políticas que no estado do Acre encerraram um longo período de governo petista ligado à família Viana com a eleição de Gladson Cameli (e o maior percentual brasileiro de votos no presidente Jair Bolsonaro) em 2018, a vinda do goleiro Bruno para o Acre em julho de 2020 causa efervescência nas redes sociais e os grupos que por elas se comunicam. Um grupo em particular decide se mobilizar, o grupo do Instituto de Mulheres da Amazônia, capitaneado pela ativista Concita Maia, pedagoga, educadora e ex-secretária estadual de Políticas Para as Mulheres do Acre, que pouco antes fora alvo de ataques difamatórios impulsionados pela atuação de seu filho, o infectologista Thor Dantas, em realizar orientações públicas sobre os cuidados sanitários necessários à pandemia, desde seu primeiro caso no Acre, em 17 de março de 2020. Em seu grupo de Whatsapp, o IMA reúne mulheres vinculadas a movimentos sociais, ONGs, organizações de caráter assistencial e/ou religioso (católicas, evangélicas, de religiões de matriz africana e ayahuasqueiras), do judiciário e da universidade. Embora seja difícil circunscrever quem pertence ou não ao IMA, foi por meio do instituto que as mobilizações ganharam corpo e visibilidade, realizando parcerias e articulações mais amplas.

Em 27 de julho uma carta aberta é divulgada pelo IMA, sendo aos poucos repercutida pela imprensa e em 31 de julho de 2020, mulheres do IMA e/ou com outros vínculos e pertencimentos realizam um protesto em frente à sede do Rio Branco Futebol Clube, utilizando cartazes e equipamentos de proteção individual contra a covid. O protesto sofre hostilizações de transeuntes e da imprensa, desqualificando “as feministas”. Assim como o pedido de demissão da técnica da equipe feminina, o protesto do IMA não surtiu o efeito de coibir a presença do goleiro, que aos poucos se acomodava com o clube e passava a ter atuações regulares nos jogos, acompanhado de perto pela imprensa esportiva local. Dada o expressivo número de torcedores do Flamengo em Rio Branco, e na região Norte do Brasil de modo geral, a ideia de se ter um antigo ídolo em campo no Acre despertava interesses e simpatias, ao mesmo tempo em que reiterava outro tropo narrativo que integra o imaginário sócio-histórico do Acre

² <https://www.metropoles.com/esportes/futebol/prisao-perpetua-goleiro-bruno-culpa-midia-por-aposentadoria-forcada> . Note-se que a reportagem informa que Bruno jamais pagou pensão alimentícia ao filho de Eliza, tendo buscado realizar um exame de paternidade, que foi negado pela justiça.

como um lugar de degredo, para onde seguem os condenados e enjeitados do Brasil, desde a Revolta da Vacina, um estado de forasteiros em perpétuo enfrentamento da colonização “sulista”. Aspectos ambivalentes da acreanidade colocavam-se tensionados por mais este episódio.

Além do desterro, a Carta Aberta do IMA relaciona o caso Eliza e a presença do goleiro Bruno no Acre ao enfrentamento de outra questão: os resultados da pesquisa do Monitor da Violência G1, Núcleo de Estudos de Violência da USP e Fórum Brasileiro de Segurança Pública que indicavam ser o Acre em 2019 o estado com a maior taxa de feminicídio do Brasil, cujos números seriam agravados pela pandemia e o confinamento sanitário de mulheres em situação de violência doméstica. O foco dos questionamentos passa a ser o papel de Bruno não enquanto ressocializando, profissional do esporte, jogador e goleiro, mas enquanto ídolo em um estado com índices alarmantes de violência contra mulheres e que, por seu status, estaria legitimando estas violências. Conforme trecho da Carta Aberta:

[...] Todos os dias, mulheres diversas sofrem os mais distintos tipos de violências inimagináveis, bem como Eliza que reivindicava o direito basilar de pensão alimentícia.

É uma afronta e um escárnio, sim, o Rio Branco tomar tal decisão em um estado que tem um dos mais altos índices de crimes de violência contra a mulher, segundo os dados do Monitor da Violência.

Se torna afrontoso e vergonhoso que um time acreano se mostre distanciado das causas e das lutas das minorias e se submeta à execração pública, à repulsa de seus próprios torcedores e à condenação da sociedade em que está inserido. Isso nos faz retornar aos tempos no qual o Acre era o local para onde eram enviados sujeitos rejeitados no Sul-Sudeste, os desterrados e 1904 e 1910. O Acre, assim, continua sendo apresentado como um lugar para aqueles que não são bem vindos lá.

Sobre o futebol, lembramos que esse esporte forma ídolos de crianças, jovens e adultos, o que torna inconcebível que crianças admiradoras de seus atletas possam, em algum momento, ter como ídolo o Goleiro Bruno [...]

A partir da divulgação da carta aberta do IMA, dá-se início à campanha *Brasil, campeão de feminicídio: este título eu não quero* e o slogan “femicida não merece torcida”, seguido por outros da mesma raiz, como “estuprador não merece torcida”, “agressor não merece torcida”, produzindo imagens stickers para circulação nas redes sociais, sobretudo Whatsapp e Instagram. Mulheres do IMA se organizam para a produção de “conteúdos”, como pequenos vídeos explicando a noção de feminicídio e misoginia para serem compartilhados, e lives para falar sobre futebol e violência de gênero transmitidas por Instagram e Youtube, em parceria com a Associação Nacional de Torcidas Organizadas, cujas redes sociais teriam um número considerável de seguidores para dar visibilidade ao projeto. O projeto original era ambicioso, visando sustentar uma live por semana por período indeterminado. As lives realizadas foram “A longa história da violência contra a mulher” (27/08), “Ser jovem negro no Brasil” (03/09),

“Movimentos femininos de torcidas organizadas” (10/09), “pesquisas acadêmicas sobre futebol, mulheres e violência” (24/09) – organizado por mim, “repressão policial às torcidas organizadas no Brasil” (03/11). O fôlego para esta forma de mobilização foi se arrefecendo, em parte devido ao excesso de trabalho e o cansaço acumulado pela experiência da pandemia, e pelo início das atividades de Ensino Remoto Emergencial e de projetos de extensão na Ufac, que envolveu algumas das mulheres à frente da organização, além da baixa presença de público.

Em meio a estas articulações, além da ANATORG são contatados o movimento Mulheres de Arquibancada e lideranças de torcidas organizadas femininas por todo o Brasil. Criam-se novos grupos no whatsapp, como o “articulação de mulheres”, em que se discutem diferentes temas sobre o universo do futebol e as mulheres, sobretudo relacionados à violência dentro e fora dos estádios. O Rio Branco F. C. viaja para o Pará, para disputar um jogo da série D do campeonato brasileiro contra o Bragança-PA, e a torcida feminina bragantina, unida a outras torcedoras mulheres paraenses, recebem o clube e o goleiro com novos cartazes e protestos, e novas hostilizações dos transeuntes. Foi utilizada, por uma das torcedoras, uma *face shield* com a foto de Eliza Samúdio, como uma presentificação de seu corpo jamais encontrado. A imprensa local, ao noticiar a intoxicação alimentar de jogadores do Rio Branco, levanta a suspeita de que as torcedoras do Remo teriam envenenado os jogadores.

Vilões, vítimas e seus tropos

As narrativas sobre o caso Eliza e a trajetória do goleiro Bruno mobilizam uma série de tropos em que papéis de vítima e agressor oscilam, atraídos por imagens de controle vigentes acerca de gênero e raça e do status de Bruno, cuja condição de ídolo foi antes transformada do que destituída, e da adição do tipo penal feminicídio ao código penal brasileiro em 2015.

Sigo inicialmente a indicação de Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, que eu trabalhei também anteriormente na análise do caso Aline (FIORI, 2012), de que em casos de assassinatos, julgados pelo Juri, tece-se uma construção elaborada de perfis morais de envolvidos, réus, vítimas e testemunhas, em uma forma particularmente teatralizada, em que os eventos do caso em tela frequentemente importam menos do que valores mobilizados. No direito penal, de modo geral, esses perfis morais são inter cruzados por imagens de controle, na expressão de Patrícia Hill Collins, que interseccionam marcadores de raça e gênero.

Como é recorrente e fartamente documentado em casos de violência de gênero, perfis morais de mulheres (sobretudo, mas não exclusivamente, enquanto vítimas) são construídos a partir de noções ideais sobre honra, comportamento sexual, maternidade, impingidos a estas mulheres conforme se busca construir sua inocência, credibilidade, culpa, abjeção, tornando as

violências, se não justificáveis, ao menos presumíveis, e portanto fruto de negligências e irresponsabilidades. A construção de Eliza como uma mulher interesseira que via nos jogadores de futebol uma oportunidade econômica, entre a “prostituta” e a “maria-chuteira”, realiza-se – como toda construção generificada – em relação à certa forma de masculinidade acessada pelo imaginário de certos jogadores de futebol, ídolos de torcida, cujo desempenho, sagacidade, criatividade nos jogos derivam não tanto de sua diligência nos treinos e técnica adquirida, mas de um talento associado à malandragem, à irreverência. Em um artigo sobre a construção de narrativas de idolatria no futebol brasileiro, Ronaldo Helal (2003) opõe as trajetórias de Zico (o disciplinado) e Romário (o marrento), ambos com passagem pelo Flamengo, demonstrando como a picardia e malandragem são associadas ao “futebol arte” característico e redentor do futebol brasileiro. Tal malandragem que pode exacerbar-se em uma virilidade desmedida em festas, mulheres, práticas financeiras ostentatórias a refletir o valor de passe, contratos e patrocínios de um jogador, desrespeito a regramentos internos ao clube e também da sociedade a qual pertence, entre o “playboy” e o “bad boy”, mencionado pelo próprio Bruno na entrevista anteriormente citada. Com esta relação, emergem enquadramentos interpretativos e tropos narrativos nos quais a própria maternidade de Eliza não é sinal de virtude moral, em oposição à “puta”, pois trata-se de uma maternidade ilegítima, porque instrumentalizada, assim como tornam-se ilegítimas sua busca por proteção judicial diante de ameaças, por reconhecimento de paternidade e direito à pensão de seu filho. A partir dessa construção, Bruno e seus cúmplices seriam quase anti heróis, realizando de maneira extrema o que outros desejariam fazer, ao perceberem-se enredados nas tramas dessas “mulheres golpistas”. A mulher que exige pensão, que denuncia violências, que cria barraco, afasta-se assim da imagem positividade da “mãe guerreira”, que se sacrifica pelos filhos mesmo na ausência da figura paterna.

Contudo, um aspecto que torna o caso delicado nas mobilizações é o fato de Bruno ser negro. Defensores do goleiro argumentam que Bruno foi condenado e julgado de modo duro, sem que houvesse prova absoluta de sua culpa (que ele sempre negou) porque são mobilizados estereótipos do homem negro agressor e estuprador, evocando todo um cânone de acusações e linchamentos de homens negros acusados injustamente por crimes sexuais. Nesse sentido, a sugestão de que Bruno deveria, tal como outros presos em regime semiaberto, utilizar tornozeleira eletrônica em suas atuações pelo clube, é logicamente vista como tentativa de sabotagem pura e simples. Mesmo assumindo-se que Bruno seja culpado, perguntam-se: “um jogador branco seria julgado da mesma forma?” À luz de outros casos mais ou menos graves envolvendo jogadores de futebol e violência de gênero, a pergunta responde-se a si mesma e, ao fazê-lo, cria uma espécie de aporia: como exigir e encaminhar justiça em incorrer em novos

erros e preconceitos? Este incômodo leva e temas como os buscados na campanha do IMA, na live organizada pela historiadora e professora da Ufac Marina Carvalho, para discutir masculinidades negras não capturadas pela agressividade.

Esta questão torna-se ainda mais espinhosa ao abordar a defesa e os limites da ideia de ressocialização, sobretudo quando aos poucos há maior divulgação da aproximação dos feminismos negros com o abolicionismo penal, a partir do lançamento de traduções dos trabalhos de Angela Davis e da emergência de pensadoras abolicionistas negras no Brasil. No escopo da campanha das mulheres do IMA, teve lugar um debate interno. Na carta, declara-se que não se deve ser contra Bruno voltar a trabalhar, tendo adquirido o direito legal ao regime semi-aberto, o que se questiona é que volte aos campos como ídolo, passando uma mensagem de legitimação da violência de gênero. Por sua vez, argumentam as abolicionistas do grupo, entre as quais me incluo, se tornarmos Bruno um caso de “punição exemplar”, mesmo que por meio de controle social indireto (não contratação, rejeição das torcidas) e não de direito penal, não estaríamos dizendo à sociedade que não se deve contratar egressos do sistema prisional? Não seria este um tiro no pé em um estado com um enorme índice de população carcerária e que vive assolado pela guerra entre as facções do Comando Vermelho e do Bonde dos Treze? Algumas mulheres, por via da Defensoria Pública, do CNJ, da Pastoral Carcerária e outras organizações que acompanham as movimentações pela defesa dos direitos humanos da população carcerária, cuja situação foi tornada ainda mais dramática pela pandemia e a proibição de visitas aos presídios, sem contudo minimizar os problemas de feminicídio e violências sexuais e de gênero do estado, debatiam com sua imaginação sociológica modos outros de formular encaminhamentos. O que fazer então? Quais compromissos poderiam ser exigidos de Bruno e dos clubes de futebol como um todo? Mulheres das torcidas organizam exigências, como a de que clubes não mais contratem jogadores com condenação por crimes de violência de gênero, e os casos de estupro envolvendo os jogadores Robinho e Neymar Jr. alimentam estas reivindicações.

Acre, terra de desterro

A atuação de Bruno em um clube acreano catalisa essas discussões a partir de vetores locais. Segundo a historiadora Maria de Jesus Moraes, empreendeu-se no início dos anos 2000, sob a gestão dos governos petistas dos irmãos Viana, um grande esforço de construção de uma acreanidade positivada, a partir da reinvenção de três grandes momentos históricos: A revolução Acreana, que na virada do século XIX para o início do século XX rompeu com a suposta jurisdição boliviana para tornar o Acre uma república independente e, posteriormente,

um território brasileiro. O movimento autonomista, buscando dar ao Acre o estatuto de estado com autonomia administrativa, o que só ocorre na década de 1960. E o movimento da florestania, unindo seringueiros, indígenas e ambientalistas contra os ruralistas “paulistas”, tendo como figura chave Chico Mendes. Esta acreanidade que afirma que “os acreanos foram os únicos que lutaram para ser brasileiros” se alimenta e se contrapõe ao discurso de que o Acre é perpetuamente abandonado e ignorado pelo governo brasileiro, que tem aqui uma atitude colonial, mas também e sobretudo contrapõe-se a imagem de que o Acre é terra de degredo, de bandidos e rejeitados. Posto que para o Acre foram enviados os condenados pela Revolta da Vacina, entre outros degredados. Bruno assim tornaria-se mais um degredado, alguém que veio parar no Acre porque o resto do Brasil o rejeitou.

Os ícones da acreanidade positivada tem sido também rejeitados nos últimos anos, conforme a população local passa a rejeitar em peso os políticos do PT, expressão semântica que não abarca apenas o partido em si, mas é um operador sismogênico – na expressão de Gregory Bateson. As imagens do Acre que envolvem estéticas militarizadas e violentas ganham peso com a guerra de facções, as questões de imigração nas fronteiras, e o elogio a figuras como Hildebrando Pascoal, o ex-coronel da PM e ex-deputado, conhecido como Deputado da Motosserra, condenado por homicídio e tráfico e famoso por liderar esquadrões da morte. As imagens da brutalidade do crime pelo qual Bruno foi condenado vem ao encontro de imagens de crimes brutais que fazem parte do cotidiano do noticiário local, mesclando narrativas de modo imprevisto. Estas, por sua vez, criam um clima de rechaço a qualquer discurso sobre direitos humanos, por um lado, mas tornam a presença de Bruno menos estranha. O clube e o estado ganham uma visibilidade desejável e a presença de uma ex-estrela do Flamengo fala ao coração de parte dos torcedores flamenguistas acreanos. Ironicamente, mais do que o fato de que foi um goleiro acreano o titular da seleção olímpica que ganhou o ouro em 2016, Wewerton Pereira da Silva, jogador do Palmeiras. As “feministas”, por sua vez, associadas histórica e simbolicamente ao PT, são alvo de escárnio e rejeição, tratadas como histéricas e desocupadas, vingativas e irracionais.

Considerações finais

O caso Eliza e a trajetória do goleiro Bruno estão atravessados por relações de gênero e raça e narrativas de violência, colocando questões teóricas e políticas para o pensamento antropológico e feminista, a partir de uma perspectiva ao mesmo tempo etnográfica e abolicionista. Esta apresentação apresenta estas questões em um registro cronístico, indicando potenciais abordagens teóricas a serem desenvolvidas futuramente. Refletir sobre as

especificidades sociohistóricas da vinda de Bruno para o Acre, em contexto de pandemia e bolsonarismo, traz inflexões ricas às discussões sobre narrativas de violência, gênero, raça, dentro e fora do mundo do futebol, e sobre imaginários sociais de justiça, ressocialização e punição.

Referências

ADVOGADO confirma que Eliza Samúdio, ex-amante de Bruno do Flamengo, era a atriz pornô Fernanda Farias da Brasileirinhas». **Jornal Gazeta On-line**. 4 jul 2010.

ARAÚJO, Rogério. Goleiro Bruno culpa mídia pelo fim da carreira e critica o Flamengo: “Não postam fotos minhas”. **Torcedores.com**. Posto online em 13 jul. 2021. Disponível em: <https://www.torcedores.com/noticias/2021/07/goleiro-bruno-culpa-midia-pelo-fim-da-carreira-e-critica-o-flamengo-nao-postam-fotos-minhas>. Acesso em 08 ago. 2021.

COLLINS, Patrícia Hill. 1990. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Natália Luchini. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2018.

FIORI, Ana Leticia de. **Contando histórias de morte**: etnografia do júri e arenas narrativas do "caso Aline". 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.8.2012.tde-11042013-103910. Acesso em: 2020-08-27.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro/São Paulo: ANPOCS, Paz e Terra, 1993.

HELAL, Ronaldo. A construção de narrativas de idolatria no futebol brasileiro. **ALCEU** - v.4 - n.7 - p. 19 a 36 - jul./dez. 2003.

PAIXÃO, Amanda. Eliza Samudio: infância marcada por assédios e o sonho de ser modelo. **Hoje em dia**. Posto online em 01 mar. 2013. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/eliza-samudio-inf%C3%A2ncia-marcada-por-ass%C3%A9dios-e-o-sonho-de-ser-modelo-1.64631>. Acesso em 08 ago. 2021.

PELO Rio Branco: Mulheres divulgam manifesto contra a contratação do goleiro Bruno. **Rondônia ao vivo**. Posto online em 28 jul. 2020. Disponível em: <https://rondoniao vivo.com/noticia/esporte/2020/07/28/pelo-rio-branco-mulheres-divulgam-manifesto-contra-a-contratacao-de-goleiro-bruno.html>

PINHEIRO, Leandro. “A humilhação que eu vivo até hoje”, diz mãe de Eliza, 11 anos após o assassinato.UOL. Posto online em 11 jun. 2021. Disponível em

<https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/2021/06/11/a-humilhacao-eu-vivo-ate-hoje-diz-mae-de-eliza-11-anos-apos-assassinato.htm>

PIRES, Alvaro. Racionalidade Penal Moderna. **Novos Estudos CEBRAP** N.º 68, março 2004 pp. 39-60.

SANTOS, Alexandre dos. Campeão em feminicídios, Acre recebe o goleiro Bruno. **Projeto Colabora**. Posto online em 02 nov. 2020. Disponível em:

<https://projetcolabora.com.br/ods16/campeao-em-femicidios-acre-recebe-o-goleiro-bruno/>

TAUSSIG, Michael. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. RJ: Paz e Terra, 1987.

VELASCO, Clara; GRANDIN, Felipe; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Assassinatos de mulheres sobem no 1º semestre no Brasil, mas agressões e estupros caem; especialistas apontam subnotificação durante pandemia. **G1 Monitor da Violência**. Posto online em 16 set. 2020.

Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/assassinatos-de-mulheres-sobem-no-1o-semester-no-brasil-mas-agressoes-e-estupros-caem-especialistas-apontam-subnotificacao-durante-pandemia.ghtml>

Wurmeister, Fabiula. «Sonhava em ser modelo e viver em SP». **O Estado de S. Paulo**. 29 de junho de 2010).